

## **A LEITURA COMO UM FATOR AQUISITIVO DE CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Yrtes Mara Caitano do Amaral**

Especialista em Educação Infantil (NEAD-UESPI); Especialista em Acessória e Elaboração de Projetos Públicos e Privados (FACET-CCTP); Licenciada em Pedagogia (UESPI); Licenciada em Normal Superior (UESPI); Bacharel em Ciências Econômicas (UFPI).

**Resumo:** A leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um quesito de grande pauta, pois nesta fase da vida escolar existe uma enorme preocupação de pais, professores e da escola com a escrita e principalmente com a leitura das crianças. A leitura deve ser oferecida e trabalhada em sala de aula levando o aluno a conscientizar-se do seu uso, valor e importância para a sociedade. A cidadania plena que se constitui em um cidadão gozar dos seus direitos e deveres plenamente depende de uma boa desenvoltura no ato de ler, pois o indivíduo precisa entender o meio social no qual está inserido. Tal meio social se apresenta ao indivíduo, principalmente em forma de signos linguísticos que para serem compreendidos precisam ser decodificados. Este artigo estudou, fundamentou e pesquisou sobre a leitura como um fator aquisitivo de cidadania. Observando o direcionamento social ao qual se dar a função de ler. E a execução dessa aptidão tão importante, para a cidadania plena.

**Palavras-chaves:** leitura, alunos, sociedade, cidadania.

### **Introdução**

A leitura nos primeiros anos de escola é algo tido como uma dádiva. É tanto almejada pelos professores que tentam trabalhar arduamente em cima desse quesito, assim como também é o sonho da maioria das crianças que ainda não a dominam. A leitura assim torna-se um portal para descortinar um novo mundo, com maior compreensão e acesso aos signos e letras pelas quais o mundo se faz apresentar.

Ler é imprescindível para a execução da cidadania, ou seja, um indivíduo na condição de cidadão. Para o gozo de direitos, deveres e assimilação da sociedade é importante o entendimento de letras e signos, mais que isso é importantíssimo para a cognição de um ser, que nesse sentido deve ser operante para uma melhor inserção na vida cidadã. Nesse caminho temos a escola como um veículo mediador do ato de ler. Esta tem um papel majoritariamente único no sentido de consistir em uma amostra da sociedade, além de possibilitar os meios para a vida consciente do homem em relação às principais medidas, valores, direitos e deveres da nação ou núcleo ao qual este participa. A escola ainda é ímpar no desenvolvimento de um potencial cidadão, pois esta como instituição reúne elementos e agentes como o ensino e aprendizagem, além de seres humanos e normas a serem seguidas. Dessa forma as primeiras noções sociais e o esboço de um cidadão, primeiro se fazem na escola e assim se exporta para a vida na sociedade, por isso é importante atentar para o papel da vida escolar, e também para as atribuições sociais que esta pode gerar.

### **Quando Começamos a Ler?**

Segundo Martins (2005), a leitura começa cedo a partir de nosso contato com o mundo à volta. Nesse processo primordial percebemos ou fazemos leitura do calor; do frio; dos carinhos vindos dos pais e etc. É possível, portanto, compreender que percepção e leitura acontecem primeiramente no decifrar das diferentes sensações. Configurando-se assim em uma iniciação da aprendizagem da leitura.

No âmbito da aprendizagem da leitura os estudos na área de linguagem revelam que tal aprendizagem pode ocorrer de forma solitária, ou seja, o indivíduo é capaz de obter tal mérito com esforço próprio. Em geral aprender a ler é amparado por informações e orientações oriundas de professores. Todo esse aparato pode causar confusão em vez de auxílio, pois ler não depende apenas da leitura de livros ou das instruções docentes, mas da vivência do aluno (MARTINS, 2005).

Já conforme Solé (1998, p.22) “leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto.” Essa afirmativa incide em algumas situações, tais como a existência de um leitor fluente e, portanto ativo examinando e analisando o texto. Outra situação é a existência de um objetivo, de uma causa para servir de guia à leitura. Ou seja, sempre lemos com alguma finalidade (SOLÉ, 1998).

As finalidades que levam uma pessoa a ler são várias. Podendo citar as mais usuais que são: a busca por informações, o simples desfrutar da leitura, a realização de uma atividade como cozinhar ou a obtenção do conhecimento de regras de um jogo, confirmar um conhecimento prévio, entre outros. O processo de leitura tem sido explicado em vários modelos. O modelo interativo sintetiza as várias explicações e enfoques dos que explicam como se dá a leitura. Nesse âmbito as diferentes explicações são agrupadas nos modelos hierárquicos ascendentes *Button up* e descendente *top down* (SOLÉ, 1998).

No ascendente (*buttonup*) o leitor diante do texto assimila e processa seus elementos em seqüência. Primeiro analisa letras, depois palavras, frases e assim essas ações configuram-se em um processo ascendente e hierárquico que proporciona ao leitor, a compreensão do texto. No modelo descendente (*top down*) o leitor realiza o processo contrário. Ele usa seu conhecimento prévio, assim como seus recursos cognitivos para antecipar o conteúdo do texto que está lendo, assim quanto mais informações o leitor tiver sobre o texto que vai ler, mais fácil será a construção da interpretação de tal texto (SOLÉ, 1998).

### **O Desempenho da Escola no Processo de Efetivação da Leitura**

Segundo Kleiman (2008), a leitura como ato individual é algo que gira em torno de construir significado, a partir do contexto no qual cada um se insere. Desse modo o contexto é o autor, o indivíduo o leitor e a leitura realizada é a da vida. Nesse âmbito ensinar a ler soa como um papel escolar um tanto incoerente. Porém, quando esse papel de ensinar, adquire um sentido de subsidiar estratégias ou habilidades, voltadas para o ato de ler, o papel da escola faz sentido no processo de efetivação da leitura.

A escola sempre procurou a psicologia para explicar e ajudar no processo de efetivação da leitura. Pois conforme Silva (2005), os psicólogos veem como base para a leitura no sentido de decodificação o processo de percepção de palavras. E percepção para a psicologia refere-se ou está diretamente ligada ao reconhecimento de palavras e signos linguísticos. Em tal situação ocorre a contemplação de condições necessárias e fundamentais para o reconhecimento de palavras e signos linguísticos. Estas podem ser elencadas como: atenção devida aos símbolos impressos, discernimento visual eficaz, a fim de diferenciar uma palavra de outra, e finalmente a realização de associações para a ocorrência do reconhecimento do significado, ou seja, a efetivação da leitura.

Quando o leitor ler fluentemente este consegue obter visualmente um ótimo contorno da palavra impressa. Como explica Silva (2005, p. 14) “o contexto no qual cada palavra se situa equilibra o reconhecimento das letras que é feito a partir das palavras conhecidas.” Quando alguém que executa a leitura se depara com palavras novas o reconhecimento das letras pode não se efetivar ou se completar. Isso só irá acontecer quando o leitor reconhecer a palavra totalmente.

As pesquisas através de seus estudos recomendam quatro etapas para o reconhecimento de palavras; contorno vagamente percebido; partes específicas ou dominantes; imagem auditiva estimuladora ou imagem sinestésica; surgimento do significado. As crianças geralmente acabam sendo mais conduzidas as partes notórias das palavras. Quando já estão íntimas com as palavras, ocasionalmente acontece uma diminuição à atenção consciente destinada aos detalhes das palavras (SILVA, 2005).

### **As Habilidades da Língua Escrita em Perspectiva Social e Cidadã**

Segundo Teberosky e Gallart (2004), várias pesquisas realizadas no século XX revelaram as disparidades entre a preparação escolar do indivíduo e a função do mesmo em um contexto social. Algumas habilidades como a leitura ilustram totalmente este cenário, pois, o homem está envolto por diversas linguagens que se reportam visualmente por meio de sinais, símbolos ou demais maneiras. E nem sempre estas são assimiladas de forma satisfatória.

Tal situação acontece porque existe uma conotação díspar, do valor da leitura dentro da escola, e desse mesmo valor para a sociedade. As praticas de leitura na escola muitas vezes concedem aos alunos ideias um tanto vagas de itens textuais como jornais, revistas e até mesmo livros (TEBEROSKY e GALLART, 2004).

Conforme Chartier (1994) há uma grande lacuna que separa os textos trabalhados em sala de aula dos textos praticados e solicitados pela sociedade em seu âmbito funcional. As atividades de prática de leitura em sala, muitas vezes são desestimulantes! Não instigando o desejo e o gosto pela leitura fora do contexto escolar. Além de que geralmente essas práticas levam ao aluno à obscuridade analógica quanto a ler após ter concluído a escola, ou seja, a disparidade proporciona a ideia da abstinência de práticas de leituras após a vida escolar. O ônus que isso causa socialmente e culturalmente é imenso, pois incide principalmente no nível educacional, critico ideológico, técnico e profissional de uma sociedade.

Quando a criança chega à escola e começa a utilizar diversas linguagens, esta constrói pensamentos e suposições a respeito da língua escrita: supõe-se que um rótulo está escrito, quando enxerga um livro já imagina que há nele uma história infantil e etc. As práticas de leitura e escrita proporcionam a ampliação dos conhecimentos sobre a língua, porém essas práticas recebem influencias sociais, ou seja, são socialmente determinadas. Um texto pode ser assimilado de diversas maneiras dependendo do sujeito que ler, e da classe social a qual ele pertence. Por exemplo, a função de um cheque pode ser assimilada de forma distinta por duas crianças: uma pertencente à classe alta ou média, e outra pertencente a uma classe totalmente desfavorecida socialmente (CORSINO, 1999).

Ao compararmos o tratamento dado às práticas de alfabetização na escola é flagrante a disparidade entre este tratamento e o atribuído pela sociedade que hoje é industrializada, informatizada, globalizada e frequentemente evolutiva no sentido tecnológico. Assim a falta de contextualização sobre cidadania no processo de aquisição da leitura é o grande vilão desse ônus social (CHARTIER, 1994).

Soares (2004) diz que o termo letramento surgiu justamente de uma mudança na óptica dada à questão da aquisição da leitura e da escrita. Até vinte anos antes do fim do século XX, usavam-se mais o termo alfabetização, porém este termo com propriedade se restringia apenas ao fato de o indivíduo saber escrever o próprio nome. Era um significado em que as demandas sociais, quanto a ler e a escrever eram inexistentes, ou não faziam o sentido e a importância que hoje se remetem ao termo letramento.

A palavra letramento carrega e endossa em seu significado as demandas e as funções sociais das práticas decorrentes da língua escrita. Isso foi possível através de alterações na visão da própria educação brasileira. Uma situação bastante ilustrativa deste cenário transitório foi à alteração da regra usada pelo censo para a verificação do número de alfabetizados e analfabetos. A pergunta que revelava se o indivíduo sabia ler e escrever viria após a resposta positiva quanto, a saber, ler e escrever um simples bilhete (SOARES, 2004).

Existe diferença entre os conceitos de alfabetização e letramento. Alfabetização vem de alfabetizar que significa ensinar a ler e a escrever, ou seja, é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Já letramento vem das condições de ser letrado ou iletrado. Letrado significa versado em letras, erudito. Enquanto que iletrado significa sem (ausência) de conhecimentos literários. Letramento é uma tradução da palavra *literacy* que significa a condição de ser letrado (SOARES, 2004).

Alguém letrado é socialmente e culturalmente diferente do iletrado ou analfabeto. Quando detentor das funções sociais da língua escrita, o indivíduo passa a ter outra condição social e cultural. E isto não está relacionada de certo modo à mudança de nível ou classe social, mas sim de mudar seu lugar social, sua convivência em sociedade e sua inserção na cultura. Existe até a hipótese de que o homem letrado se torna cognitivamente diferente, ou seja, a pessoa torna-se um pensante distinto dos analfabetos e iletrados (SOARES, 2004).

Outra consequência positiva é o beneficiamento linguístico. Alguns estudos demonstram que o homem letrado fala de forma diferente do homem iletrado. Pesquisas diferenciam a língua oral de adultos, antes de serem alfabetizados e comparam com a língua oral que usavam depois de alfabetizados e concluíram que após aprender a ler e a escrever, esses adultos passaram a falar de forma diferente, evidenciando que o convívio com a língua escrita teve como consequências mudanças no uso da língua oral, nas estruturas linguísticas e no vocabulário (SOARES, 2004).

### **Ler uma Prática Cidadã**

Para Freire (2005, p. 11) “a leitura do mundo, precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.” As palavras de Paulo Freire que se immortalizaram quando o assunto é leitura são imensamente ilustrativas para a função social da leitura e do contexto cidadão.

O homem vivendo em uma civilização ele abriu mão da sua “liberdade” e a entregou nas mãos de um Estado que o ampara nas formas jurídica, legislativa, executiva e principalmente, procura oferecer condições sociais<sup>1</sup> propícias a sua sobrevivência. Porém para a compreensão da sociedade em que se vive deve-se atentar para as leis, para os executores destas leis, para os que governam ou irão governar, portando sendo necessário ter boas doses de consciência da realidade em volta, para ser cidadão. E tal status não se realiza plenamente sem as habilidades da língua escrita, principalmente a habilidade leitora.

A escola é parte da sociedade e também grande mentora na formação intelectual e funcional dos alunos realizando grande esforço para transformar os alunos que a frequentam em cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. E no cenário social a leitura tem grande função, e é absurdamente cobrada pelo mesmo. O mundo letrado é parte constituinte de um contexto social macro, e é o portal de acessibilidade para as melhores oportunidades que uma sociedade pode oferecer para seus cidadãos.

Nesse sentido, todos nós, como cidadãos, ou seja, pertencentes à cidade, deveríamos ter o direito (e o dever) de participar do jogo político, tomando conhecimento dele (não permanecendo alienados), vigiando para não haver

---

<sup>1</sup> Refere-se a políticas públicas.

abuso do poder e buscando formas de interferir nas decisões. Em outras palavras, os cidadãos também têm poder e devem aprender a exercê-lo (ARANHA, 2001, p. 29).

Porém, vale atentar que nenhuma prática educativa é neutra, pois está comprometida com o mundo político do qual faz parte, ou seja, a educação preocupa-se em formar cidadãos operantes nesta sociedade em todos os sentidos convenientes para a governança. E estes, geralmente são os de cunho econômico e funcional. O cidadão deve servir a sua sociedade com as habilidades que geralmente a escola ajudou a produzir. Assim, deixamos de ser súditos para sermos cidadãos, participantes da coisa pública. Mas os ideais democráticos que o próprio liberalismo alega estarem na base de seus valores nem sempre se expressam além dos níveis formais. Se observarmos de fato (e não apenas de direito), nem todos votam ou podem ser votados, nem todos têm acesso sequer às informações, quanto mais às decisões (ARANHA, 2001, p. 121).

Ler é um processo criativo de percepção do mundo econômico, social, cultural que resulta num processo amplo de conscientização. E a consciência só existirá e será adquirida quando ocorrer uma interação dialógica entre o indivíduo e sua sociedade. Por isso é importante os sujeitos se reconhecerem no meio social através de suas leituras, como agentes da história de uma sociedade. E cidadãos que constroem essa história, e não apenas configurando-se como expectadores.

#### **O PNAIC: Uma Nova Perspectiva na Aquisição da Leitura**

O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) é uma ação inovadora adotada pelo governo federal e que se executa e articula-se com os governos estaduais e municipais. O programa visa à valorização dos professores e escolas, o apoio pedagógico com materiais didáticos de alta qualidade, bem como a implementação de sistemas coerentes de gestão, avaliação e monitoramento. A maior meta do PNAIC é alfabetizar todas as crianças brasileiras até 8 anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Surgido em 2013, a partir de intensos debates desde 2003, o programa é executado para as crianças de 1º, 2º, 3º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, porém visa à interdisciplinaridade, assim como o uso da transversalidade no oferecimento de conteúdos e tarefas a serem realizadas em sala de aula e nas disciplinas estudadas. As ações do pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação: 1- formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; 2- materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; 3- avaliações sistemáticas; 4- gestão, controle social e mobilização.

Os esforços para a criação do PNAIC no Brasil surgiu após a dura constatação de que muitas crianças concluíam o Ensino Fundamental menor até o 5º ano, sem terem sido devidamente alfabetizadas.

O quesito “social e para a sociedade” tem pleno respaldo nas metas de alfabetização. No programa os atos de ler e escrever são direcionados para a função social do uso de leitura e da escrita. O método fônico do ba-be-bi-bo-bu geralmente é substituído por oportunidades de alfabetizar-se através dos diversos gêneros textuais e de uso na realidade da criança, tais como: cantigas de roda, músicas de domínio público, parlendas, contos, poemas, receitas, textos informativos entre tantos outros. O pacto, portanto, está cultivando uma nova ideia, que é a de formar não apenas leitores, mas leitores plenamente funcionais e conhecedores dos diversos usos textuais e da nossa Língua Portuguesa.

Os avanços oriundos do mundo tecnológico e de uso constante na sociedade ressuscitaram nos anos 1990 o termo “analfabetismo funcional”. Debates sobre a alfabetização no contexto contemporâneo trouxeram o questionamento sobre as práticas alfabetizadoras na atualidade. Foi verificada a necessidade do aluno de compreender

os diversos textos, executar as diversas operações matemáticas, comunicar-se por escrito a partir das novas possibilidades de comunicação, ou seja, as possibilidades num contexto tecnológico.

Os índices insatisfatórios de alfabetismo funcional respaldaram o surgimento de ações e medidas que impactaram diretamente sobre as práticas pedagógicas vigentes, em especial dos professores alfabetizadores. Estes agora com o PNAIC estão em formação continuada constante.

Atualmente os debates acerca da alfabetização estão voltados para as crianças que estão matriculadas no ensino público de educação e que não conseguem ler, escrever e realizar interpretações, a partir de diferentes gêneros textuais, seja pelo domínio da língua ou do conhecimento matemático. Assim novas políticas públicas virão nesse sentido. É uma preocupação, portanto, nos dias atuais alfabetizar para o social, ou seja, para que isso seja executado plenamente na sociedade e nas vertentes contemporâneas de atuação. Esse olhar sobre a aquisição da leitura e consequentemente da escrita é louvável, pois deflagra o comprometimento do Estado em formar cidadãos plenamente ativos e operantes nos moldes atuais. E este deve ser, não só o objetivo da aquisição da leitura e do alfabetizar-se, mas do ensino, da escola e da sociedade como um todo.

### **Conclusão**

É cabível dizer que a leitura configura-se como um dos processos viabilizadores para a participação do homem na vida em sociedade, possibilitando assim, uma compreensão passada e futura. A leitura como um instrumento de aquisição e transformação do conhecimento e cidadania é utilizada de forma crítica e reflexiva no ambiente escolar, e mais ainda além do mesmo. Pode ser utilizada como uma vigorosa arma para o combate a alienação e possibilita os indivíduos e seus grupos sociais a terem “liberdade” nas diversas dimensões da vida.

### **Referências**

- ARANHA, M. L. de A. *Filosofia da educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2001.
- BENCINE, R. *Todas as leituras*. In: *Nova Escola*. São Paulo: Abril, ano XXI, n°194, agosto de 2006.
- CHARTIER, A. M. *A escrita na escola e na sociedade: os efeitos paradoxais de uma distância constatada*. In: *Simpósio internacional sobre a leitura e a escrita na sociedade e na escola*. Brasília: Fundação AMAE para educação e cultura, MEC/UNESCO, 1994.
- CORSINO, P. *Leitura- escrita: perspectivas de avaliação diagnóstica*. In: *Salto para o futuro: Ensino Fundamental/ Secretaria de Educação à Distância*. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERREIRO, E. *Alfabetização e cultura escrita*. In: *Nova Escola*. São Paulo: Abril, ano XVIII, n° 162, maio de 2003.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 46 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KLEIMAN, Â. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. São Paulo: Pontes, 2008.
- MARTINS, M.H. *O que é leitura*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- SILVA, E. T. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- SOLÉ, I. *Estratégias de leitura*. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- TEBEROSKY, A; GALLART, M. *Contextos de alfabetização inicial*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fonte, 1991.